

Um programa para o Congresso

Se se perguntasse hoje ao ex-ministro da Economia Marcílio Marques Moreira o que pensa das diretrizes do governo para ações de curto prazo que o atual ministro do Planejamento, Paulo Haddad, acaba de divulgar, ele, provavelmente, não hesitaria em dizer que o vê como seu, uma vez que, excetuados o lado assistencialista e as modificações propostas nas normas relativas à privatização, teria de reconhecer forçosamente que se trata do seu próprio programa. Talvez acrescentasse que o ministro Haddad teve coragem, ao propor a adoção de medidas como o saneamento dos bancos estaduais (cuja falência poderá ser decretada). A única diferença entre os dois planos é que o ex-ministro não teve condições de ver aprovadas suas propostas pelo Congresso.

Tal fato leva à conclusão de que em economia não se inova. Ou se caminha para um sistema socialista ou para uma ortodoxia capitalista.

O destino do Programa Haddad — que em 3 de dezembro já havia sido publicado pela imprensa e recusado pelo então presidente interino — depende totalmente da aprovação do mesmo Congresso que recusava apoio ao governo anterior. Ninguém pode rejeitar tal programa, a não ser o Legislativo — o que constitui ao mesmo tempo a força e a fraqueza do Projeto Haddad.

A palavra está com o Legislativo, que terá de aceitar ou recusar a iniciativa e, no

último caso, assumir a responsabilidade por seu malogro.

Impõe-se reconhecer, em primeiro lugar, que tal programa não poderia ser apresentado não fosse a tarefa de que se encarregou o ex-ministro Marcílio Moreira, que suportou o ônus de uma profunda recessão que, entretanto, impediu, em meio a fatores explosivos de liquidez, o estouro da inflação. Isso lembra os anos do “milagre”, somente possíveis pela atuação anterior dos ministros Octávio Bulhões e Roberto Campos.

O momento é propício para a retomada do desenvolvimento e a procura de uma maior justiça social (que poderá ser acelerada pelo novo governo), desde que se siga uma política ortodoxa e se conte com o apoio excepcionalmente forte do Congresso. O ministro Paulo Haddad, que se mostra altamente racional, assimilou a grande lição do seu antecessor: cumpre reconquistar a confiança dos agentes econômicos, isto é, convencer a sociedade de que não se recorrerá a medidas de choque, e, enquanto perdurar o déficit do setor público, sem perspectivas de redução do seu grande passivo, não se poderá chegar a um crescimento sustentável.

O programa do ministro Paulo Haddad não poderia ser mais explícito: “Sem a reforma fiscal, não se pode falar em política

fiscal ativa; sem o equilíbrio das contas públicas e sem a reestruturação do Banco Central, não há como controlar os agregados monetários. Sem o equacionamento dos passivos do setor público, pouco sentido faz falar em políticas fiscal e monetária condizentes com a estabilização duradoura”.

Pode-se, assim, medir a importância de uma reforma fiscal, imprescindível à marcha do “novo” programa econômico. Mas temos de acrescentar que talvez se esteja dando excessiva importância a uma reforma tributária, incapaz, a nosso ver, de resolver satisfatoriamente os problemas. Na realidade, ele poderá exercer um impacto inflacionário suplementar, por reforçar a incidência, sobre os mesmos contribuintes, de uma carga tributária já pesada.

O ministro Paulo Haddad leva a sério o que chama de “tradicionais políticas econômicas”. Não pensa apenas em reforma fiscal, mas considera indispensável uma reformulação do sistema financeiro, que inclua maior autonomia do Banco Central e saneamento impiedoso dos bancos estatais. Não abandona uma política tarifária realista, que só numa segunda fase será revista para melhor se integrar à política global com ganhos de produtividade e maior eficiência. Tampouco admite uma

modificação da política cambial realista, limitando-se a reconhecer que a atual situação de nossas reservas (um legado do antigo governo) libera o Brasil de efetuar desvalorizações reais.

O ministro Paulo Haddad — e aí reside a grande novidade — está anunciando programas de cunho social e anti-recessivo que não deverão, entretanto, exercer impactos inflacionários. Não explica claramente como o conseguirá, mas fez anteriormente uma declaração que nos parece de grande relevância: “Enquanto a inflação não estiver claramente sob controle, com substancial redução de seus níveis atuais, o Governo não financiará novas despesas utilizando o adicional de receitas gerado pela reforma fiscal e pelo combate à inflação”. Apoiamos plenamente tal atitude, mas devemos medir suas consequências.

A queda da inflação só poderá resultar de uma reforma tributária abrangente (ainda não conseguida), que permita reduzir as taxas de juro mediante atenuação da dívida interna. Programas assistenciais têm um custo, pelo que somente com a redução de outros gastos poderão ser levados avante. Voltamos assim ao início do nosso comentário: impõe-se a queda da inflação para se poder enfrentar as necessidades sociais e realizar os investimentos indispensáveis nessa área. Estará o Congresso realmente disposto a transformar em realidade um programa que consideramos adequado?